

## PAULO GUEDES

## Os ganhos dos financistas

Existe uma enorme má vontade em todo o mundo com os ganhos dos financistas em 2009. Afinal, os bancos centrais e as autoridades fiscais gastaram recursos públicos em escala sem precedentes na tentativa de escapar do buraco negro que ameaçou tragar a economia global após o estouro da bolha imobiliária americana em 2007, o contágio dos mercados de crédito e o colapso das bolsas em 2008.

A impopularidade do auxílio aos bancos vem da percepção de que os lucros extraordinários dos financistas nos bons tempos são imerecidos se nos tempos de crise há uma socialização dos prejuízos. Os governos querem regulamentar os ganhos dos financistas, e até nosso Banco Central aderiu ao movimento.

A insatisfação é particularmente grave nos Estados Unidos, e atingiu a popularidade do presidente Obama. "Os bancos centrais modernos praticam atividades tão nefastas quanto os assaltos a mão armada. A diferença é que estes crimes são óbvios

e deploráveis, enquanto as autoridades são frequentemente confundidas com pessoas honestas", fustigam W. Bonner e L. Rajiva em "Multidões, profetas e mercados: sobrevivendo ao espetáculo das finanças e da política" (2007).

"A criação do Federal Reserve ocorreu após um encontro secreto de dois Rockefeller, dois Morgan e um representante do Kuhn & Loeb em uma propriedade do banqueiro J.P. Morgan. Descobertos pela imprensa, alegaram tratar-se de uma expedição de caça a patos. Esta é a essência do Fed: importantes autoridades tratando dos interesses de poderosos banqueiros. O governo daria legitimidade a um cartel de grandes bancos, protegendo-os de perdas por maus empréstimos", denuncia o congressista Ron Paul, que disputou a candidatura presidencial republicana em 2008, em "Fechem o Fed" (2009).

Enquanto isso, de seu lado, "o presidente do banco central americano, Ben Bernanke, acredita que a guerra contra a deflação seja como uma briga de

rua: você vai ganhar sempre se estiver disposto a adotar medidas cada vez mais radicais, pois o banco central pode emitir e distribuir dinheiro até que a inflação ocorra", registra Ethan Harris, em "O Fed de Ben Bernanke" (2008).

Há sugestões de reformas do sistema financeiro preparadas sob a coordenação do experiente Paul Volcker, ex-presidente do Fed, que certamente atacam as verdadeiras causas da crise: os equívocos do próprio Fed, as más práticas de instituições de crédito imobiliário semipúblicas, como Fannie Mae e Freddie Mac, e os excessos praticados pelos financistas: falta de transparência, descasamento de prazos entre ativos e passivos e endividamento exagerado.

Os bônus dos financistas, ofensivos ao interesse público quando financiados pelos contribuintes, são na verdade apenas um sintoma dessa configuração. E não estavam alinhados sequer aos interesses das próprias instituições financeiras, que seriam uma espécie extinta não fosse a proteção do Fed.

## Programa irresponsável

CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES

Tem-se falado muito acerca da revogação da Lei da Anistia como ponto de destaque do Programa Nacional dos Direitos Humanos.

Acontece que o que seria um grande Programa restou maculado de um equívoco jurídico imensurável, uma inconstitucionalidade que desconhecemos casos similares, quer na história jurídica pátria, quer na política.

Assim vejo dentre os grandes erros gravíssimos e que serão irreparáveis, o jurídico e o político.

O equívoco jurídico macula princípios constitucionais, em especial, da segurança jurídica em que uma Lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República seria revista retroagindo a 30 anos para mudar todos os objetivos políticos que envolveram a Nação em 1979.

Poderíamos afirmar que a Lei da Anistia foi a lei da pacificação nacional, anseio de todo o povo brasileiro quer da situação ou governo, quer da oposição, dos chamados subversivos, dos terroristas, dos assaltantes de bancos e de quartéis.

Conseguiu-se a muito custo e discussão que o governo da época soube, com firmeza, acolher o clamor popular em detrimento de alguns, dentro e fora da caserna que discordavam da edição da Lei da Anistia nos termos propostos. O país soube trazer a conciliação e a paz nacional.

Aplicou-se a Lei da Anistia sem qualquer conformismo até a casos ocorridos após sua promulgação. A Anistia está incluída entre as causas de extinção da punibilidade, como se verifica nos Artigos 107, inciso II, do Código Penal Brasileiro, e 123, inciso II, do Código Penal Militar.

Destaque-se que a Lei da Anistia ao entrar em vigor precisou, em casos concretos e em cada processo em curso, de uma decisão do juiz ou tribunal, declarando extinta a punibilidade do agente, a qual resultou em trânsito em julgado.

De igual forma, como se poderia abrir um Inquérito Policial ou Inquérito Policial-Militar para apurar um fato que estaria protegido pela referida causa de extinção de punibilidade?

Onde estariam resguardados a coisa julgada e o princípio da irretroatividade da Lei, só admitido em benefício do réu?

A própria Constituição, em seu Artigo 5º, inciso XLIII, prevê como inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos. Destarte, esses delitos, após a promulgação da Carta Magna, passaram, independentemente de tratado ou convenção, a ter um tratamento penal excepcional.

O Programa é polêmico não só na parte referente à revogação da Lei de Anistia, mas, também, em inúmeros outros itens já destacados pela mídia. O equívoco político é evidente e não menos relevante. Vejam bem, o presidente Luiz Inácio em seus dois períodos de governo soube superar inúmeras crises políticas de repercussão nacional tais como o mensalão, a crise na aviação brasileira (com a greve dos controladores), a CPI dos Correios e outras mais.

Tendo como seu braço-direito o vice-presidente José de Alencar, grande chancelador da idoneidade dos atos do governo pelo seu espírito cívico, exemplo de homem público e de bem, o presidente Luiz Inácio chega ao fim de seu governo com aceitação popular de 80%.

Teve durante o seu governo a tranquilidade nos quartéis federais, a união de todos em prol do crescimento do país e da paz social.

Agora, ao fim dos seus oito anos de governo, acobertado por um título que a todos sensibiliza (Programa Nacional de Direitos Humanos) por sermos intransigentes defensores dos direitos humanos, apresenta esse "Programa" que, mantidos os atuais termos, certamente irá trazer sequelas irremediáveis, como símbolo do retrocesso político. Será um desastre.

O presidente Luiz Inácio e os brasileiros não merecem tamanha irresponsabilidade.

CARLOS ALBERTO MARQUES SOARES é presidente do Superior Tribunal Militar (STM).

## Internet e leitura

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

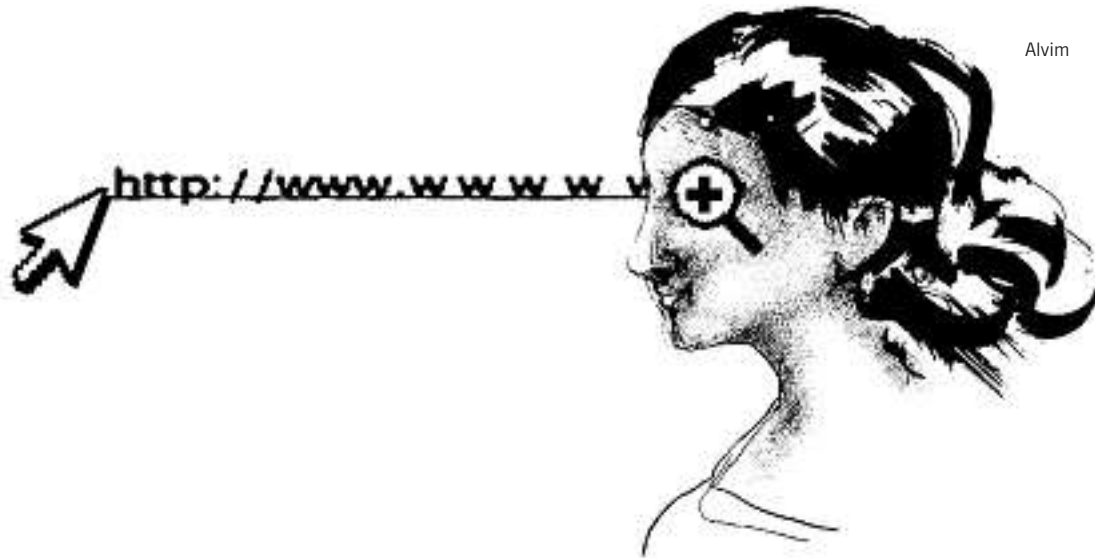
Os adolescentes são fascinados pelas ferreamentas da era digital. Eles não desgrudam do celular, vivem digitando mensagens de texto, passam horas escrevendo em blogs, navegando na web ou absorvendo nos videogames. Mas a dependência da internet não é exclusiva dos adolescentes. Todos nós, jovens e menos jovens, sucumbimos aos apelos do mundo virtual. Eu mesmo fiz o propósito de não acessar meus e-mails nos finais de semana. Tem sido uma luta. Com vitórias, mas também com derrotas. Para o americano Nicholas Carr, formado em Harvard e autor de livros de tecnologia e administração, a dependência da troca de informações pela internet está empobrecendo nossa cultura. Ele falou à revista "Época" durante uma visita ao Brasil para uma palestra a 4.500 líderes empresariais.

Segundo Carr, o uso exagerado da internet está reduzindo nossa capacidade de pensar com profundidade: "Você fica pulando de um site para outro. Recebe várias mensagens ao mesmo tempo. É chamado pelo Twitter, pelo Facebook ou pelo Messenger. Isso desenvolve um novo tipo de intelecto, mais adaptado a lidar com as múltiplas

funções simultâneas, mas que está perdendo a capacidade de se concentrar, ler atentamente ou pensar com profundidade." A internet é uma magnífica ferramenta. Mas não deve perder o seu caráter instrumental. Ler é preciso. Compartilho com você, leitor, algumas obras. Espero, quem sabe, que o estimulem nos próximos feriados.

"Dicionário Lula, um presidente exposto por suas próprias palavras", lançamento da Editora Nova Fronteira, é um livro revelador. Um Lula surpreendente, para adeptos e opositores, é o que emerge do livro do jornalista Ali Kamel. Utilizando de forma inédita um método de análise de conteúdo, Kamel pesquisou todos os discursos do presidente improvisados no todo ou em parte, todas as suas entrevistas e todos os programas "Café com o presidente" nos períodos de janeiro de 2003 a maio de 2008, e de setembro de 2008 a março de 2009.

Lula é, sem dúvida, um grande comunicador. Sua história de vida, carregada de carências e sofrimento, enrijeceu sua personalidade e o transformou num homem decidido a vencer a qualquer preço. Mas é precisamente na têmpera da sua obstinação que reside a sua maior fragilidade ética. O projeto de poder de Lula não admite barreiras éticas. Em nome da governabilidade e da perpetuação no poder, Lula se aliou ao que de



## Chance perdida

RAUL VELOSO

A economia brasileira só cresce mais, sem recuos, se for possível aumentar a razão investimento/PIB, tanto no setor privado como no público. Ou seja: as taxas de juros de mercado terão de cair abaixo das atuais, e o peso dos investimentos nos gastos públicos totais terá de aumentar. Outro problema crucial é a deterioração da capacidade de planejar e executar investimentos no setor público. Sem isso, mais recursos não se transformam numa maior oferta de bens e serviços. A tarefa central de qualquer governo que assuma a partir de 2011 será o equacionamento desses problemas. Mas as taxas de juros não vêm caindo desde 2002? Os investimentos públicos não vêm subindo? Meia verdade. Como será visto, o "x" da questão está noutro lugar: é o controle dos gastos correntes do setor público (pessoal, previdência, assistência social etc.).

Graças à inundação de dólares que ocorreu no Brasil após 2003 e à gestão Palocci-Meireles, caíram, de fato, as taxas de câmbio e de juros, além de se aumentarem as reservas internacionais a níveis jamais imaginados, inclusive acima da dívida externa pública bruta. Isso colocou o governo numa inédita posição credora frente ao exterior. Assim, a sensibilidade a choques diminuiu consideravelmente, e, agora, uma depreciação cambial, resultado típico de fases pós-choques, diminuiu a dívida pública em vez de aumentá-la. Pasmem.

Nesse contexto, em termos reais (ou seja, deduzida a inflação), a meta da taxa de juros Selic, fixada pelo Banco Central (BC), caiu de 9,2% a.a. em fevereiro de 2003, para 7,4% a.a., em dezembro de 2008, diante de uma taxa média real observada ao redor de 12,6% ao ano na fase precedente (1999-2002), em meio a grandes oscilações.

Com forte crescimento da arrecadação, foi possível conciliar o início da recuperação dos investimentos públicos com: (1) gastos correntes em permanente ascensão e (2) altos superávits fiscais. A recuperação dos investimentos públicos só não foi maior porque a inoperância dos órgãos envolvidos continuou sem solução. Mesmo assim, em novembro de 2008, logo antes da crise, a relação investimento/gastos correntes da União, que era de 2% em dezembro de 2003, havia passado para 6,2%, um resultado bastante razoável.

Só que a queda da Selic em 2003-2008 não foi imune a retrocessos, daí a taxa real anual ter caído apenas 1,8 ponto de porcentagem, do início ao final desse período. Em dois momentos, o BC teve de aumentar a taxa Selic, não, como antes, em decorrência de subidas da taxa de câmbio, mas por excesso de demanda agregada, em face do congestionamento dos crescentes gastos públicos correntes com os gastos privados, tanto de investimento como de consumo. Esse excesso de demanda não ocorria anteriormente, porque predominava o impacto, muito mais forte, da depreciação cambial sobre a inflação, e posteriormente sobre as taxas de juros. Os dois ciclos de subida e descida da meta da Selic, por conta disso, começaram em setembro de 2004 e abril de 2008, com duração de onze e nove meses respectivamente. No primeiro caso, a taxa subiu 3,75 pontos, e no segundo, 2,5 pontos de porcentagem.

Diante da crise internacional recente, o Banco Central pôde voltar a derrubar a taxa Selic a partir de janeiro de 2009, fase essa que durou até o mês de julho seguinte, ao alcançar a atual marca de 8,75% ao ano (ou 4,1% reais). Nesse mesmo nível a taxa Selic vem sendo mantida desde então. Só que agora, diante da iminência de novo congestionamento de gastos, mais uma vez espera-se um re-

pior existe na vida pública brasileira. A relativização dos valores e a condescendência com os companheiros e aliados envolvidos em graves irregularidades viraram rotina na fala presidencial. O livro ilumina os méritos do presidente, mas também mostra suas sombras.

"Como a Igreja Católica construiu a Civilização Ocidental" (Editora Quadrante, São Paulo). Um belo livro e uma forte estocada nos preconceitos politicamente corretos. Se perguntarmos a um estudante universitário o que sabe da contribuição da Igreja Católica para a sociedade, a sua resposta talvez se resume a uma palavra: opressão, por exemplo, ou obscurantismo. No entanto, essa palavra deveria ser civilização.

O autor, Thomas Woods, doutorado pela Universidade de Columbia, mostra como toda a Civilização Ocidental nasceu e se desenvolveu apoiada nos valores e ensinamentos da Igreja Católica. Em concreto documenta, entre muitas outras coisas:

Como a Igreja criou uma instituição que mudou o mundo: a Universidade.

Como ela nos deu uma arquitetura e umas artes plásticas de beleza incomparável;

Como os filósofos escolásticos desenvolveram os conceitos básicos da economia moderna, que trouxe para o Ocidente uma riqueza sem precedentes;

Como o nosso Direito, garantia da liberdade e da justiça, nasceu em ampla medida do Direito Canônico;

Como a Igreja criou praticamente todas as instituições e o conceito de assistência que conhecemos, dos hospitais à previdência;

Como humanizou a vida, ao insistir durante séculos nos direitos humanos e na sacralidade de cada pessoa.

Num momento em que se propaga uma imagem da Igreja como inimiga do progresso da ciência e da técnica, e da liberdade do pensamento, este é um livro que desfaz preconceitos, corrige clichês e ensina verdades teimosamente omitidas no ensino colegial e universitário. Boa leitura!

CARLOS ALBERTO DI FRANCO é diretor do Master em Jornalismo.

processo da tendência de queda: estima-se uma subida de 2,25 pontos de porcentagem, até o final de 2011, passando a taxa real para 6,2% ao ano. Isso nos leva de volta às taxas reais do início de 2008. Uma lástima.

O motivo é simples: em vez de aproveitar a crise e debitar-lhe a razão de ser de um potente programa de ajuste dos gastos correntes, e promover, também, uma maior expansão dos investimentos, reduzindo o desgaste político, o governo, ao contrário, passou a aumentar os gastos correntes ainda mais, chamando inadequadamente essa estratégia de "política anticíclica", passando a reverter a tendência anterior de rápida subida da razão investimento/gasto corrente. Depois de ter triplicado entre 2003 e 2008, essa razão, até dezembro de 2009 simplesmente parou de subir. Uma opção mais razoável teria sido conceder aumentos temporários de gastos correntes (abonos salariais, por exemplo), que poderiam ser retirados antes de o congestionamento voltar a acontecer.

Se o Banco Central não tiver autonomia para subir a Selic em 2010, a conta a ser paga por qualquer futuro governo, diante da oportunidade perdida em 2009-2010, será alta. Ou seja, será duro, para o governo, assistir a: 1) o novo BC iniciar nova fase indigesta de subida da Selic; 2) ele próprio lançar, sem a ajuda de bode expiatório, um programa mais potente de ajuste dos gastos correntes, para que a economia possa crescer de forma sustentada acima de 4,5% ao ano, ainda que somente no final do primeiro mandato.

RAUL VELOSO é economista.

O GLOBO NA INTERNET  
OPINIÃO Leia mais artigos  
oglobo.com.br/opiniao